

O que é autismo? Reflexões críticas a partir da neurodiversidade e dos estudos da deficiência

What is Autism? Critical Reflections from the Perspectives of Neurodiversity and Disability Studies

¿Qué es el autismo? Reflexiones críticas desde la neurodiversidad y los estudios sobre la discapacidad

Giovanna Nicolau 

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, Brasil.
g.nicolau@posgrad.ufsc.br

Marivete Gesser 

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, Brasil.
marivete.gesser@ufsc.br

Solange Cristina da Silva 

Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis – SC, Brasil.
profsolangeudesc@gmail.com

Pablo de Assis 

Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, Brasil.
pablo@deassis.net.br

Recebido em 28 de março de 2025

Aprovado em 09 de abril de 2025

Publicado em 01 de julho de 2025

RESUMO

O artigo investiga o autismo sob uma perspectiva decolonial, criticando o modelo médico que o define como uma doença a ser corrigida. O objetivo é compreender o autismo como uma neurodivergência, valorizando as singularidades dos corpos autistas em vez de tratá-los como desvios. Utilizada a revisão narrativa como metodologia, a escrita do artigo foi fundamentada em teorias da deficiência, neurodiversidade, estudos feministas e na perspectiva neuroqueer, a pesquisa utiliza uma abordagem de revisão narrativa para dar voz às experiências autistas. O resultado foi promover a emancipação dessas identidades, desafiando as exclusões e violências impostas por um contexto social normativo. Além

disso, o artigo enfatizou a necessidade de transformar as narrativas e práticas que envolvem pessoas autistas, contribuindo para uma compreensão mais ampla das diversidades neurológicas. Por fim, concluiu-se que ao destacar a importância do acolhimento e da inclusão social, a obra incentiva mudanças que respeitem e valorizem as identidades neurodivergentes.

Palavras-chave: Autismo; Deficiência; Neurodiversidade.

ABSTRACT

The article explores autism from a decolonial perspective, challenging the medical model that defines it as a condition to be corrected. It aims to understand autism as a form of neurodivergence, valuing the uniqueness of autistic bodies instead of framing them as deviations. Using a narrative review methodology, the article is grounded in disability theories, neurodiversity, feminist studies, and the neuroqueer perspective to amplify the voices of autistic individuals. The research seeks to promote the emancipation of these identities, confronting the exclusions and violence imposed by normative social contexts. Furthermore, the article emphasizes the importance of transforming narratives and practices surrounding autistic individuals, thereby contributing to a broader understanding of neurological diversity. Ultimately, it concludes that emphasizing the importance of acceptance and social inclusion fosters changes that respect and celebrate neurodivergent identities.

Keywords: Autism; Disability; Neurodiversity.

RESUMEN

El artículo investiga el autismo desde una perspectiva decolonial, cuestionando el modelo médico que lo define como una condición a corregir. Su objetivo es comprender el autismo como una neurodivergencia, valorando las singularidades de los cuerpos autistas en lugar de tratarlos como desviaciones. Utilizando una metodología de revisión narrativa, el artículo se fundamenta en teorías de la discapacidad, neurodiversidad, estudios feministas y la perspectiva neuroqueer para dar voz a las experiencias autistas. La investigación busca promover la emancipación de estas identidades, enfrentando las exclusiones y violencias impuestas por contextos sociales normativos. Además, el artículo enfatiza la necesidad de transformar las narrativas y prácticas que rodean a las personas autistas, contribuyendo a una comprensión más amplia de las diversidades neurológicas. Finalmente, concluye que destacar la importancia de la acogida y la inclusión social fomenta cambios que respetan y celebran las identidades neurodivergentes.

Palabras clave: Autismo; Discapacidad; Neurodiversidad.

Introdução

"Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal contadas sobre mim, sobre você." (Anzaldúa, 2000, p. 232). Esta citação ressoa profundamente na jornada de autistas, pois escrevemos para dar voz ao que frequentemente é silenciado. O ser autista é um processo constante de construção e desconstrução. De um lado, há vivências moldadas para se encaixar na sociedade. De outro, há os autoquestionamentos sobre quem somos e o motivo do incômodo gerado pelo nosso distanciamento da norma social.

Reconhecer-se como autista pode ser assustador, doloroso, angustiante, mas também oferece sentido, direção, apoio e cuidado. Fortalecer-se como autista é abrir espaço para as inseguranças, raivas, tristezas e alegrias que surgem ao viver em uma sociedade excludente. O autoconhecimento enquanto autista tem um alto custo. Reconhecer as violências sofridas ao longo da vida não é algo simples, mas sim um processo revoltante, negacionista e angustiante. Saber que, ao nascer, já começamos em desvantagem social, apenas por nossos cérebros funcionarem de maneira diferente, coloca os autistas em uma posição de vulnerabilidade, onde somos constantemente orientados a nos comportar, falar, atuar, pensar e nos encaixar de maneiras específicas.

Hoje, percebemos que esses processos fundamentam a pesquisa que propomos, ao reconhecer que, entre as muitas pessoas que nos atravessaram, poucas nos ajudaram a entender que existem sistemas e regimes internos e externos que governam a sociedade. Esses sistemas pressionam os autistas a agirem como pessoas neurotípicas e sem deficiência. E é com essas experiências que nos posicionamos hoje, como autistas neste mundo, para dar voz a essas histórias que foram colonizadas.

Esta pesquisa é um manifesto coletivo. O objetivo é apresentar o autismo de uma forma que desafie os paradigmas médicos, reconhecendo-o como uma deficiência e uma neurodivergência. Utilizaremos os estudos sobre deficiência, as perspectivas feministas da deficiência e a neurodiversidade para embasar essa proposta, por meio de uma revisão narrativa que permita uma conversa fluida entre quem escreve e quem lê. Esperamos que, através destas páginas, seja possível perceber as inúmeras formas de violência que os autistas sofreram e ainda sofrem, para que este manifesto se torne público e seja usado na luta pela emancipação de pessoas com deficiência e neurodivergentes autistas.

Compreendendo o autismo dentro do sistema colonial

Prospero, você é um grande mago:
você é um mestre em decepção.
E você mentiu para mim tanto,
sobre o mundo, sobre mim mesmo,
que acabou me impondo uma imagem de mim mesmo:
subdesenvolvido, em suas palavras, incompetente
foi assim que você me fez me ver!
E eu odeio essa imagem ... e é falsa!
Mas agora eu te conheço, seu velho câncer,
E também me conheço!
E sei que um dia
meu punho nú, só isso,
será suficiente para esmagar seu mundo!
O velho mundo está desmoronando.
Aime Césaire, *Une Tempête* (Uma Tempestade), 1969 (tradução própria para o português).

Atendendo à perspectiva de transformação do conhecimento sobre uma pessoa dissidente, o poema de Aimé Césaire, *Une Tempête* (Uma Tempestade), de 1969, ilustra a mudança a partir do reconhecimento de si mesmo, tanto sob o olhar de um paradigma dominante quanto através da construção de autonomia própria. O presente trabalho busca entender como o autismo é constituído e compreendido dentro das estruturas de dominação social, especialmente quando fundamentado nos paradigmas médico e colonial.

O modelo médico, que define o autismo como uma doença essencialmente provocada por fatores biológicos, opera como uma violência contra as pessoas autistas. Ao reforçar o binômio norma/desvio, esse modelo centraliza suas ações em tentar corrigir os “desvios” supostamente identificados, em vez de acolher os corpos e as mentes autistas. Essas violências se manifestam nas ideias de normatividade, que considera certos corpos disfuncionais, incapazes, abjetos e estranhos, justificando sua exclusão, segregação e até seu apagamento da sociedade (Nicolau; Assis, 2023; Gesser; Moraes, 2023; Böck; Nuernberg, 2018; Sheffer, 2019).

Essa visão de que os autistas são corpos abjetos e anormais na sociedade se ancora em uma base colonial de entendimento das deficiências e neurodivergências. A deficiência,

compreendida como uma desvantagem social, é construída e organizada por um sistema que determina quais corpos devem importar (Diniz, 2007; Butler, 2002 citada por Prins; Meijer, 2002); enquanto as neurodivergências são vistas como diferenças cerebrais dentro de um espectro de diversidade neurológica (Walker, 2021). Sob essa ótica, o modelo médico não reconhece o autismo como uma diferença ou desvantagem gerada por barreiras sociais, mas sim como um problema ou doença a ser corrigida, especialmente quando suas características são apresentadas como 'dificuldades sociais', o que coloca os autistas em uma posição de inadequação.

Compreendendo que o modelo médico é colonial, uma das bases epistemológicas deste trabalho é a teoria decolonial. Esta teoria, originada de narrativas de resistência dos povos originários e negros contra as colonizações, oferece elementos conceituais que permitem compreender o processo de colonização do autismo, o qual perdura até hoje (Santos, 2015). A teoria decolonial se fundamenta na crítica aos sistemas que impõem as narrativas colonizadoras, muitas vezes apoiadas no paradigma médico.

A teoria decolonial pode ser aprofundada a partir dos estudos feministas e queer, que desafiaram a normatividade dos corpos. A colonialidade, como apontado por Quijano, Maldonado Torres e Castro-Gómez, se expressa por meio de três estruturas fundamentais: poder, saber e ser. Aníbal Quijano (2000) critica a modernidade, revelando sua face colonial, argumentando que a modernidade e a colonialidade são indissociáveis, uma vez que o progresso prometido pela primeira depende de relações coloniais de subordinação. Segundo Quijano (2005), a invenção da raça como categoria de classificação social é um dos pilares da dominação colonial. A partir da colonização das Américas, a raça passou a ser utilizada para justificar a exploração e o controle das populações colonizadas. Essa lógica de classificação racial, presente na modernidade/colonialidade, perpetua desigualdades e relações de poder assimétricas até hoje. O pensamento decolonial, inspirado em Quijano, se aprofunda na crítica à colonialidade, expandindo-a para além do poder, como observam Mignolo (2017), Maldonado-Torres (2007), Lugones (2014; 2020), Curiel (2020) e Quijano (2005), que ajudam a construir o conceito de colonialidade em três dimensões interligadas: poder, saber e ser.

Ao aplicar os conceitos decoloniais ao estudo do autismo, vemos que ele é posicionado como subalterno, exótico e diferente, sujeito a processos de colonização ao ser entendido como transtorno, e não como deficiência ou neurodivergência. Com base em Walker (2021),

o autismo é uma deficiência, pois há um hiato entre as necessidades das pessoas autistas e as acessibilidades fornecidas pela sociedade. Compreender a deficiência a partir do modelo social implica reconhecer o autismo como uma construção social, gerada por desvantagens que impedem a plena vivência das pessoas autistas.

O autismo também está imerso na colonialidade da modernidade, particularmente sob regimes de capacidade compulsória (McRuer, 2006). Nesse contexto, a teoria crip e o feminismo decolonial são essenciais para entender esses regimes. Ambas as teorias convergem na crítica às estruturas de poder que normalizam, excluem e violentam corpos e saberes não hegemônicos. A teoria crip, inspirada na luta anticapacitista e nos pressupostos da teoria queer, é uma ferramenta importante para desestabilizar normas opressivas e evidenciar as intersecções entre capacitismo, heteronormatividade e neuronormatividade.

McRuer (2006) observa como o regime da heterossexualidade e da capacidade impõe normas que determinam como as vidas devem ser vividas para se adequar ao sistema. Esses regimes, especialmente o capitalismo neoliberal, forçam indivíduos dissidentes a se enquadrarem nos padrões impostos, dificultando o acesso universal e coletivo a condições sociais de existência.

Na teoria crip, ao questionar o conceito de corpo “normal” e “capaz”, desconstrói-se também a matriz colonial que hierarquiza corpos e impõe padrões de existência. Da mesma forma, o feminismo decolonial examina como o sistema moderno colonial contribui para a manutenção da normatividade, tratando os corpos que divergem da norma como necessitados de correção e reabilitação.

Essas teorias, além de analisarem as estruturas de poder, enfatizam a interseccionalidade das experiências de marginalização – incluindo raça, classe, gênero, sexualidade, geração, território e classe social (Gesser et al., 2024) – e abrem caminho para um projeto político inclusivo, que reconheça a dignidade e a humanidade de todos.

Por fim, a proposta de neuronormatividade, cunhada por Nick Walker (2021), denuncia a imposição de um padrão neurocognitivo como ideal. Esse modelo, incorporado nas práticas sociais e clínicas, define características como atenção linear e comunicação social padronizada como “normais” e desejáveis, enquanto desvaloriza e patologiza as formas de ser, pensar e agir que se desviam desse padrão.

Walker (2021) argumenta que a imposição da neuronormatividade se soma às violências coloniais já discutidas por Quijano e Lugones, demonstrando como os sistemas de poder operam para controlar corpos e mentes. Assim como a heterossexualidade compulsória busca enquadrar a sexualidade humana em uma única forma, e a capacidade compulsória marginaliza corpos com deficiência, a neuronormatividade estabelece um padrão mental excludente. Chapman (2023) também destaca como o capitalismo e a neuronormatividade são interdependentes, com o primeiro sendo fortemente dependente do segundo para manter suas estruturas de controle.

Os autistas são forçados a se adaptar a essa neuronormatividade, sendo avaliados pela capacidade de performar um ideal de “normalidade” mental. Essa dinâmica é uma extensão dos regimes coloniais do ser, saber e poder, com o paradigma médico desempenhando um papel fundamental ao definir o autismo como transtorno, dificultando a compreensão do autismo como uma expressão legítima da diversidade humana, que deve ser tratada com justiça e respeito à neurodiversidade.

A neurodiversidade, portanto, se configura como um movimento político de base decolonial, criado por autistas, e busca promover o protagonismo e autonomia das pessoas autistas, além de reivindicar direitos para corpos neurodivergentes. Além disso, propõe uma nova forma de compreender o autismo, que é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

O que é Autismo?

Traz-se Walker (2021) para responder a essa pergunta. Segundo a autora, o autismo é uma variação neurológica natural e geneticamente determinada, que se caracteriza por um funcionamento cerebral singular, marcado por alta conectividade e intensas respostas sinápticas. Essa diferença neurológica molda a forma como pessoas autistas experimentam o mundo, resultando em percepções sensoriais amplificadas, processamento cognitivo singular e padrões de interação social distintos.

Em contraposição ao modelo médico, o autismo não se trata de um déficit, mas sim de um sistema operacional neurológico diferente. O cérebro autista possui sua própria maneira de funcionar, o que leva a diferentes formas de pensar, aprender, se comunicar e interagir socialmente. Embora presente desde o desenvolvimento uterino e com impacto ao longo da vida, o autismo se manifesta de maneira singular em cada indivíduo. As estimativas

indicam que 1 a 2% da população mundial é autista, com o aumento do diagnóstico nas últimas décadas, o que reflete a maior conscientização sobre o tema e não um aumento real de casos (Walker, 2021).

É importante destacar que a sociedade, em geral, é estruturada a partir da perspectiva não autista (alista). Isso significa que muitas vezes as necessidades, formas de comunicação e interação social de pessoas autistas não são compreendidas e acolhidas, levando à construção artificial de “dificuldades”. As dificuldades sociais, por exemplo, frequentemente atribuídas ao autismo, são, na verdade, consequências da interação entre um mundo pouco adaptado a esta neurodivergência e à maneira singular do autista processar informações e se relacionar.

Nesse sentido, o modelo da neurodiversidade surge como um contraponto à visão patologizante do autismo, que, historicamente, se constrói a partir da eugenia aplicada à psiquiatria ao longo do século XX (Chapman, 2023, p. 44). Em vez de enxergar a diferença como um problema a ser corrigido, a neurodiversidade celebra a singularidade de cada mente e defende que o autismo, assim como outras variações neurológicas, faz parte da riqueza da diversidade humana. Classificar o autismo como “transtorno”, portanto, representa um julgamento de valor limitado e ultrapassado, e não uma realidade científica. Com isso, apresenta-se, no quadro a seguir (Quadro 1), uma forma de compreender as características autistas proposta por Martijn Dekker (1999), Jim Sinclair (2005) e Jane Meyerding (1998) através da neurodiversidade.

Quadro 1 – Características do autismo pela neurodiversidade

CARACTERÍSTICA	DESCRIÇÃO
Ritmo diferente	Muitas pessoas autistas preferem o silêncio e têm conversas mais pausadas, enquanto pessoas NT (neurotípicas) tendem a preencher o silêncio com pequenas conversas e têm ritmo de conversa mais acelerado.
Menos comunicação não verbal	A comunicação é predominantemente verbal, com menos uso de linguagem corporal e expressões faciais,

	mas ainda há sensibilidade aos estados emocionais dos outros.
Diretividade	Autistas tendem a ser diretos e honestos, evitando sutilezas e mentiras sociais, o que pode ser interpretado como agressividade por pessoas NT.
Interpretação literal	Autistas tendem a entender as coisas literalmente e têm dificuldade em ler entrelinhas, o que pode causar mal-entendidos com pessoas NT.
Escuta, aceitação, respeito	As necessidades individuais dos autistas variam amplamente, e é crucial respeitar e aceitar essas diferenças, promovendo uma cultura de respeito mútuo.
Organização em torno do indivíduo	Autistas muitas vezes têm dificuldade em funcionar em grupos e necessitam de flexibilidade e adaptação para trabalhar em seu próprio ritmo e estilo.
Ausência de hierarquia, mas redundância	O modelo hierárquico tradicional é incompatível com a valorização do indivíduo e a dificuldade de funcionamento em grupos. Modelos alternativos, como redes distribuídas, são mais adequados.
Inércia	Autistas podem ter dificuldade em iniciar certas atividades, mas, uma vez iniciadas, podem se concentrar intensamente nelas. A inércia não deve ser confundida com preguiça.
Capacidade simultânea	Autistas funcionam diferentemente ao fazerem várias coisas ao mesmo tempo, como cozinhar e conversar simultaneamente, por exemplo. Pode ser chamado de monotropismo, politropismo e holotropismo.

Reconhecimento facial	Muitos autistas têm dificuldade em reconhecer rostos, fenômeno conhecido como prosopagnosia, devido a disfunções cerebrais específicas.
Transtorno do Processamento Auditivo Central (CAPD)	Um distúrbio auditivo comum em autistas, caracterizado por dificuldades em processar informações sonoras, especialmente em ambientes ruidosos.
Percepção do tempo	Autistas podem ter dificuldades em estimar e organizar o tempo, resultando em dias desestruturados ou excessivamente estruturados.
Fixação visual	Fixação em objetos brilhantes e coloridos, incluindo-os em suas cartas e ficando extasiados ao organizarem objetos.
Compartilhamento de interesses sensoriais	Compartilhamento de suas atividades sensoriais prazerosas com seus pares, insistindo para que eles também participem.
Sensibilidade sensorial específica	Hipersensibilidade ou hipossensibilidade a estímulos sensoriais, como luzes brilhantes, sons altos, texturas de alimentos e toques.
Interação social menosprezada	Dificuldades de NTs entenderem os processos internos de autistas, menosprezando e falando que são mentiras, tendo que autistas exagerar nas expressões corporais e de suas emoções (como dores) para que sejam levados a sério.
Comportamentos repetitivos (stims)	Incluem adesão estrita a rotinas, interesses obsessivos em tópicos específicos e movimentos corporais repetitivos (estereotipias).

Padrões de pensamento e comportamento distintos	Abordagens únicas para processar informações e resolver problemas, levando a pontos de vista e comportamentos diferentes dos considerados “normais”.
Adaptação	Em vez de a sociedade se adaptar ao autista e atender às suas necessidades, as pessoas autistas se adaptam socialmente para se integrarem aos ambientes e relações.
Descompressão	Gestos e vocalizações elaboradas até repetições de palavras ou frases, como uma forma de liberar a tensão acumulada após as interações sociais.
Hiperfoco/Perseveração/Fixação	Uma tendência a hiperfocar por períodos prolongados (às vezes anos) em tópicos específicos de interesse.

Fonte: Dekker, 1999; Sinclair, 2005; Meyerding, 1998.

Essa compreensão permite transformar e subverter os entendimentos e categorizações médicas sobre o autismo. Na saída do paradigma médico de critérios diagnósticos através do CID (Classificação Internacional de Doenças) e DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), posiciona-se a necessidade de compreender as reações neurológicas autistas que existem, podendo ser inatas e adquiridas, conforme o convívio social. Neste ponto, apresenta-se como o ambiente molda as reações autistas através de Elisabeth (2021).

Segundo Elisabeth (2021), há a diferença do que são características do autismo e reações autistas ao ambiente. As características autistas incluem traços inatos dos autistas, como hipersensibilidade, que vai além do observado na população típica; utilização de movimentos repetitivos (*stimming*), para se autorregular; *Meltdowns*, evitação de contato visual e experiências sensoriais adversas; necessidade de apoio para tarefas diárias, seja de pessoas, tecnologia ou animais; alta necessidade de autonomia, evitando demandas

externas; expressões emocionais atípicas; interesses restritos e atenção monotrópica, com foco intenso em um único tema, atividade e pessoa.

Todavia, a reação autista ao ambiente inclui hipersensibilidade (além do padrão base do indivíduo), estereotípias reprimidas e incapacidade de se autorregular com movimentos corporais; espirais de vergonha, shutdowns e contato visual forçado e inautêntico; submissão às experiências sensoriais adversas; não atendimento de suas necessidades; desenvolvimento de uma independência condicionada com alto custo energético (resultando em esgotamento); evitação de demandas internas (resposta de luta/fuga/congelamento para coisas que desejam fazer); hipossensibilidade, dissociação e desconexão entre mente e corpo também são comuns; repressão emocional e mascaramento de sentimentos (esconder inconscientemente o sofrimento ou comportamentos atípicos); deficiências ocultas; condições autoimunes e disautonomia. Ansiedade ou depressão debilitante, mania, psicose e automutilação são outras possíveis manifestações, juntamente com uma imagem negativa de si mesmo.

Desta forma, a razão de entender a reação autista ao ambiente é para se aproximar do modelo social da deficiência, podendo auxiliar no distanciamento da compreensão como patologia, para que se aproxime de entendê-lo como uma deficiência e neurodivergência. Em outras palavras, os critérios diagnósticos do autismo podem ter sido baseados nas reações ao ambiente, que têm sua base capacitista e normativa, o que dificulta as expressões autênticas e autônomas de autistas.

No espírito do modelo decolonial, é mister que se reconheça a multiplicidade de vozes e experiências dentro da comunidade de autistas (Nicolau; Assis, 2023). Isso requer uma mudança paradigmática para além das concepções tradicionais do que é o autismo, tirando-o do espaço patológico e inserindo-o no espaço social. Para além da necessidade de acessibilidades, precisamos avançar em direção a práticas que promovam justiça social e reconhecimento das diversas identidades. Deve-se, portanto, ter o comprometimento com transformações sistêmicas que não apenas removam barreiras físicas e sociais, mas que também revolucionem atitudes e percepções.

As práticas decoloniais em todos os ambientes sociais são cruciais para garantir que autistas sejam completamente integrados e valorizados. Isso implica esforços concentrados para dismantelar as estruturas de opressão existentes e fomento da colaboração e do apoio entre indivíduos e comunidades, tanto em âmbito local quanto global. A

decolonização do autismo está em sintonia com o legado dos movimentos de direitos civis e sociais, na continuação da luta pela igualdade e direitos. A trajetória em direção a um futuro inclusivo e equitativo é um reflexo da determinação coletiva em reconhecer e valorizar a diversidade humana.

A pesquisa e o diálogo constantes são fundamentais, colocando autistas na vanguarda da criação de conhecimento e práticas inclusivas. É essencial que essas vozes não apenas participem das conversas, mas liderem e moldem os discursos e ações para garantir que suas realidades e necessidades estejam na frente e no centro do progresso social. Embora o caminho para uma inclusão e decolonização do autismo seja complexo, ele oferece uma oportunidade singular para união e aprendizados decoloniais.

A jornada para a decolonização é, portanto, uma jornada coletiva de crescimento e aprendizado, um movimento em direção a um entendimento mais profundo e a um compromisso mais autêntico com a pluralidade de experiências e vivências humanas. Assim, ao dar-se passos conscientes rumo a este futuro, solidifica-se o legado de lutas pela equidade e prepara-se o terreno para uma sociedade em que a opressão colonial se torna uma memória distante, substituída por uma celebração da interdependência humana e da dignidade intrínseca de cada ser.

As faces da colonização do autismo

Na história da colonização do autismo, destaca-se que é fortalecido da Alemanha Nazista, quando Hans Asperger e suas equipes e colegas promoveram a morte de pessoas autistas, com deficiência e neurodivergentes naquela época, por serem consideradas “associais”, ou seja, pessoas inadequadas socialmente (Sheffer, 2019). O processo de colonização continuou nos Estados Unidos, onde se tornou uma potência para a classificação em manuais diagnósticos. Os primeiros diagnósticos sobre autismo foram realizados por Leo Kanner, o qual foi considerado o pai da psiquiatria infantil estadunidense por estudar os comportamentos autísticos em crianças junto de George Frankl e Anni Weiss (Sheffer, 2019).

É notório sinalizar que tanto Asperger quanto Kanner foram influências diretas na história da colonização do autismo uma vez que, a partir de seus estudos, foram colocados nos manuais diagnósticos como critérios de categorização do autismo, como resultados de suas

pesquisas com autistas, continuando, além de uma base nazista, uma possível eugenia através dos diagnósticos. Com isso, a importância de compreender a colonização do autismo está relacionada à desconstrução das amarras coloniais que atravessam autistas. Academicamente, a teoria decolonial auxilia a entender também como a história é continuamente repetida cotidianamente e seus contextos de opressão. Neste caso, trazemos o termo “saída do armário” adaptado por McRuer (2006), — em que salienta que corpos com deficiência são posicionados para manter-se no armário por não se enquadrarem às normas sociais — o qual pode ser utilizado, também, para corpos autistas. A importância de compreender o autismo como deficiência (Brasil, 2012) é para reconhecer que é uma experiência de ser e estar no mundo, a qual sua compreensão é fomentada através do modelo social da deficiência em que o ambiente influencia o estabelecimento de suas barreiras sociais. A estadia no armário é o enquadramento médico do autismo como o entendimento de doença, o que significa que o autista é um corpo patológico. Existem documentos baseados no CID e DSM que têm sua base no modelo médico da deficiência, entendendo o autismo como doença.

O autismo, dentro de sua história emergente a partir do momento em que as características das pessoas autistas foram classificadas pelo conhecimento médico, foi entendido como parte da esquizofrenia, uma psicose (Marfinati; Abrão, 2014; Nicolau; Assis, 2023). Hoje, ele é classificado como um transtorno, o que auxilia a continuidade do entendimento do autismo como patologia e algo a ser curado, reabilitado, tratado e consertado. Documentos governamentais como “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)”, de 2014 (Brasil, 2014), “Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde”, de 2015, ambos do Ministério da Saúde do Brasil, orientam profissionais da saúde como diagnosticar e reabilitar autistas com o discurso de “melhoria de sintomas” (Brasil, 2015, p. 102; 113). Estes posicionam o autismo com sintomas, caracterizando-o como doença e uma condição médica e, não, social.

Posicionar o autismo como uma construção social, na qual existem suas características inatas, dado que suas reações ao mundo são de origem ambiental, faz com que existam novas possibilidades de compreendê-lo e posicioná-lo como uma deficiência e neurodivergência. Esse segundo artigo elenca a necessidade de desmistificar o autismo como um transtorno para passar a entendê-lo como uma deficiência, a fim de que se

compreenda as características que o fazem possuir desvantagens sociais em comparação às pessoas alistas (pessoas não autistas).

Os estudos da deficiência são uma importante base epistemológica para essa compreensão por auxiliar a compreender o contexto em que se encontra o autismo na história do Sul Global, uma vez que, no Norte Global, embora sua história seja de colonização, há muitos movimentos de entender o autismo como deficiência e neurodivergência, em uma sistemática de desvinculamento do entendimento de autismo como transtorno. Porém, ainda no Sul Global, o autismo é alvo de medicalização, farmacologia e terapias de conversão para que pessoas autistas “se curem” e passem a ser “menos autistas” (Nicolau; Assis, 2023).

Por conseguinte, os estudos da deficiência interagem com as percepções sobre essas desvantagens quando pessoas autistas têm uma tendência maior a burnout, alergias, doenças cardiovasculares, respiratórias, digestivas e cutâneas, uso de substâncias, dificuldade de adaptação social, intensa camuflagem social, entre outros, as quais são reações a ambientes estressores e, potencialmente, violentos a autistas, processo que eleva e intensifica suas reações, gerando prejuízos, suicídios e a exclusão social.

As desvantagens e suas consequências colocam em real perspectiva o prejuízo que é ser autista em uma sociedade que insiste em normalizar pessoas com base no padrão de uma sociedade neurotípica (neuromajoria predominante [ver Walker, 2021]). É mister que a compreensão do autismo como deficiência proporcione novos caminhos para a emancipação defixa (autodeterminação e autoidentificação de pessoa com deficiência) para que as pessoas autistas sejam acolhidas socialmente.

Com isso, traz-se a proposta de auxiliar a emancipação social autista, trazendo o discurso de “tornar-se autista”. Considerou-se que o processo de tornar-se autista passa, necessariamente, pelo reconhecimento das barreiras sociais impostas aos autistas. Trata-se, portanto, de auxílio na construção de consciência política e entendimento de que o autismo faz parte de uma neurominoria tanto a nível nacional, como mundial.

A necessidade de compreender o sistema da neuronormatividade para que as expressões neurológicas autistas sejam validadas e reconhecidas socialmente, principalmente para que, a partir deste processo, possam ser construídas narrativas autistas insurgentes, foi enfatizada neste artigo. E para que essa construção seja possível, aproxima-se a

neurodiversidade aos estudos feministas da deficiência, que culminam no termo neuroqueer, proposto por Nick Walker (2021).

O neuroqueer é uma forma de aleijamento, ou seja, é fissurar, e este, sendo uma ação, reconhece e constrói meios para que o aleijamento de estruturas e regimes colonizadores e capacitistas aconteça. Segundo Walker (2021), o neuroqueer pode ser um verbo e um adjetivo. Como verbo, é libertar-se intencionalmente da performance culturalmente enraizada e imposta da heteronormatividade; e como adjetivo é convidar a expressão corporificada da neurodivergência para neuroqueerizar os ambientes, além de ser um convite às pessoas para se engajarem na prática do neuroqueering.

A construção de narrativas insurgentes no campo do autismo passa pelo neuroqueer, pois aproxima pilares importantes dos estudos feministas da deficiência à prática do paradigma da neurodiversidade. Alguns dos pilares são: pensar em atitudes anticapacitistas que rompam com o mito do independente, que é uma das bases do sistema neoliberal, passar a considerar dependência e interdependência como inerentes à condição humana e reconhecer as dores que pessoas com deficiência experienciam socialmente. Além disso, esse campo também busca valorizar o cuidado e entender a experiência de deficiência como encarnada, assim como defender que o pessoal é político.

Essas são atitudes que, vinculadas ao entendimento do funcionamento neurológico, influem para pensar a possibilidade revolucionária de emancipação de pessoas autistas e outras neurodivergências, de forma a aproximar a luta deficiã ao movimento da neurodiversidade, promovendo uma coalizão de lutas sociais.

Após compreender o neuroqueer, elabora-se como entender o autismo pela neurodiversidade, sendo que este também é considerado uma neurodivergência, ou seja, a expressão de um cérebro com funcionamento diferente do que é instituído como norma pela neurologia, mas que é uma neurominoria, pois apenas 3% das pessoas brasileiras são autistas (Andrade; Gruetzmacher; Leite, 2024), e cerca de 1 para 100 pessoas é autista (WHO, 2023). Dentro disso, compreender que o autismo faz parte de uma neurominoria auxilia a entender a necessidade de a neurodiversidade ser incorporada aos estudos da deficiência como paradigma e movimento, o que será explicado a seguir.

O paradigma da neurodiversidade – considerando que paradigma é um “conjunto de pressupostos ou princípios fundamentais, uma mentalidade ou quadro de referência que

molda como alguém pensa e fala sobre um determinado assunto” (Walker, 2021, p. 14, tradução própria) – se baseia nesses princípios, segundo Nick Walker (2021):

Neurodiversidade – a diversidade entre mentes – é uma forma natural, saudável e valiosa de diversidade humana.

Não existe um estilo “normal” ou “correto” de mente humana, assim como não existe uma etnia, gênero ou cultura “normal” ou “correta”.

As dinâmicas sociais que se manifestam em relação à neurodiversidade são semelhantes às dinâmicas sociais que se manifestam em relação a outras formas de diversidade humana (por exemplo, diversidade de raça, cultura, gênero ou orientação sexual). Essas dinâmicas incluem as relações de poder social – as dinâmicas de desigualdade social, privilégio e opressão – assim como as dinâmicas pelas quais a diversidade, quando abraçada, atua como uma fonte de potencial criativo dentro de um grupo ou sociedade (Walker, 2021, p. 16-17, tradução própria).

Por esse viés, a neurodiversidade entra como base epistemológica para afirmar que as diferenças e as diversidades neurológicas são válidas e a importância de desejar (Kafer, 2013) se fundamenta em imaginar um mundo respeitoso à neurodiversidade, um mundo no qual autistas podem existir sem precisar se camuflar ou se adaptar socialmente. Desejar pessoas autistas implica ampliar a oferta de suportes, apoios, cuidados para que elas possam estar à sua maneira no mundo, colorindo-o e desestabilizando os padrões normativos coloniais tão presentes nele.

Contemplar que a neurodiversidade é um movimento de decolonização promove a construção e elaboração de estratégias de ativismo, resistência e luta às opressões contra autistas. Nesse sentido, entender o autismo como neurodivergência é renomear os critérios diagnósticos do DSM e CID para compreender que não são dificuldades, mas são ritmos, interpretações, compreensões, sensibilidades, comunicações e ações sociais diferentes das que a sociedade está acostumada. De forma resumida, não é o jeito autista de existir que está errado ou que possui dificuldade, é a sociedade que não compreende o jeito e o ser autista.

Com isso, o que vincula e justifica a neurodiversidade ser um movimento de decolonização advém da sua história, em que, de modo muito semelhante com o que aconteceu com os povos originários e negros, houve ativistas autistas que, nas décadas de 80 e 90, trabalharam em coletivos e cunharam o termo neurodiversidade como forma de combater as opressões e as colonizações aos autistas (Dekker, 2023; Botha et al., 2024). Assim como grupos oprimidos e colonizados, os autistas também se organizaram coletivamente para resistir e lutar contra o paradigma médico, construindo o paradigma da neurodiversidade.

Considerações finais

No espírito do modelo decolonial, é mister que se reconheça a multiplicidade de vozes e experiências dentro da comunidade de autistas (Nicolau; Assis, 2023). Isso requer uma mudança paradigmática para além das concepções tradicionais do que é o autismo, tirando-o do espaço patológico, mas inserindo-o no espaço social. Para além da necessidade de acessibilidades, precisamos avançar em direção à práticas que promovam justiça social e reconhecimento das diversas identidades. Deve-se, portanto, ter o comprometimento com transformações sistêmicas que não apenas removam barreiras físicas e sociais, mas que também revolucionem atitudes e percepções.

As práticas decoloniais em todos os ambientes sociais são cruciais para garantir que autistas sejam completamente integrados e valorizados. Isso requer esforços concentrados para dismantelar as estruturas de opressão existentes e fomentar a colaboração e o apoio entre indivíduos e comunidades, tanto em níveis local quanto global. A decolonização do autismo está em sintonia com o legado dos movimentos de direitos civis e sociais, continuando a luta pela igualdade e direitos. A trajetória em direção a um futuro inclusivo e equitativo é um reflexo da determinação coletiva em reconhecer e valorizar a diversidade humana.

A pesquisa e o diálogo constantes são fundamentais, colocando autistas na vanguarda da criação de conhecimento e práticas inclusivas. É essencial que essas vozes não apenas participem das conversas, mas liderem e moldem os discursos e ações para garantir que suas realidades e necessidades estejam na frente e no centro do progresso social. Embora o caminho para uma inclusão e decolonização do autismo seja complexo, ele oferece uma oportunidade singular para união e aprendizados decoloniais.

A jornada para a decolonização é, portanto, uma jornada coletiva de crescimento e aprendizado, um movimento em direção a um entendimento mais profundo e a um compromisso mais autêntico com a pluralidade de experiências e vivências humanas. Assim, ao dar-se passos conscientes rumo a este futuro, solidifica o legado de lutas pela equidade e prepara o terreno para uma sociedade em que a opressão colonial se torna uma memória distante, substituída por uma celebração da interdependência humana e da dignidade intrínseca de cada ser.

Referências

ANDRADE, Mariana M., GRUETZMACHER, Felipe. E.; LEITE, Ghael. H.. Pequeno guia de inclusão para autistas no mercado de trabalho: para organizações. **Sem editora**, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1ze_XxRneOsb2Pstb2hEbOKea4Yf97Uiu. Acesso em: 30 jun. 2025.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Florianópolis: **Estudos Feministas**, v. 8, 2000.

BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; NUERNBERG, Adriano Henrique. As concepções de deficiência e as implicações nas práticas pedagógicas. In: VII CONGRESSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA: DOCÊNCIA NA SOCIEDADE MULTITELAS, 7., 2018. Florianópolis: **VII Congresso de Educação Básica: Docência na Sociedade Multitelas**. 2018. Disponível em: <https://adeserracatarinense.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Concep%C3%A7%C3%B5es-de-defici%C3%Aancia-e-as-implica%C3%A7%C3%B5es-nas-pr%C3%A1ticas-pedagogicas.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BOTHA, Monique, CHAPMAN, Robert, ONAIWU, Morénike. G., KAPP, Steven. K., et al. The neurodiversity concept was developed collectively: An overdue correction on the origins of neurodiversity theory. **Sage Journals**, v. 28, 6, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/13623613241237871>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CÉSÁIRE, Aimé. Une tempête. Paris: **Editions du Seuil**, 1969.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de; et al. (Orgs.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.

CHAPMAN, Robert. **Empire of normality: neurodiversity and capitalism**. London: Pluto Press, 2023.

DEKKER, Martijn. On our own terms: emerging autistic culture. **Autscope**, 1999. Disponível em: <https://www.autscope.org/2015/programme/handouts/Autistic-Culture-07-Oct-1999.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

ELISABETH, Janae. Autistic traits vs autistic trauma. **Trauma Geek**, 2021. Disponível em: <https://www.traumageek.com/blog/autistic-traits-and-trauma>. Acesso em: 25 nov. 2024.

GESSER, Marivete; MORAES, Marcia de Oliveira; VALE, Gislana do. Decolonizar a capacidade, latinizar os estudos feministas da deficiência. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 32, n. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n3101138>. Acesso em: 25 nov. 2024.

GESSER, Marivete; COSTA, Laureane Marília de Lima; LUIZ, Karla Garcia; SILVEIRA, Thaís Becker. O encontro com os estudos feministas da deficiência e a produção de narrativas insurgentes. São Paulo: **Revista Psicologia Política**, v. 24, 2024. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpp/article/view/24515/1473>. Acesso em: 25 nov. 2024.

GESSER, Marivete; MORAES, Marcia Oliveira. Ofensivas capacitistas e o medo de um planeta aleijado: desafios para o ativismo defici. Barcelona: **Athenea Digital**, v. 23, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.3310>. Acesso em: 25 nov. 2024.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de; et al. (Orgs.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/3675>. Acesso em: 25 nov. 2024.

KAFER, Alison. **Feminist, Queer, Crip**. Indiana University Press, 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MARFINATI, Anahi C.; ABRÃO, Jorge L. F. UM PERCURSO PELA PSIQUIATRIA INFANTIL: DOS ANTECEDENTES HISTÓRICOS À ORIGEM DO CONCEITO DE AUTISMO. **Estilos clin.**, v. 19, n. 2, 2014, p. 244-262. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v19i2p244-262>

MCRUER, Robert. **Crip Theory: cultural signs of queerness and disability**. New York: New York University Press, 2006.

MEYERDING, Jane. Thoughts on finding myself differently brained. **Independent Living on the Autistic Spectrum**, 1998. Disponível em: <https://www.inlv.org/subm-brain.jane.eng.html>. Acesso em: 25 nov. 2024.

MIGNOLO, Walter. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. Tradução de Marco Oliveira. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com transtornos do espectro do autismo (TEA). Brasília: **Ministério da Saúde**, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_autismo.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

NICOLAU, Giovanna; ASSIS, Pablo de. A decolonização do autismo a partir do protagonismo autista. João Pessoa: **Revista Mundaú**, n. 13, p. 63–86, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/rm.2023.13.14020>. Acesso em: 25 nov. 2024.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 155–167, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

SHEFFER, Edith. **Crianças de Asperger: as origens do autismo na Viena nazista**. Tradução de Alessandra Bonrruquer. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

SINCLAIR, Jim. Autism Network International: the development of a community and its culture. **Autreat**, 2005. Disponível em: https://www.autreat.com/History_of_ANI.html. Acesso em: 25 nov. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

WALKER, Nick. **Neuroqueer Heresies: notes on the neurodiversity paradigm, autistic empowerment, and postnormal possibilities**. Fort Worth: Autonomous Press, 2021.

ISSN: 1984-686X | <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X91372>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Autism. Geneva: **WHO**, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>. Acesso em: 30 jun. 2025.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)